



# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM

## ESTADO DE PERNAMBUCO

### PODER LEGISLATIVO

---

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

### 1. Unidade Demandante:

Câmara Municipal de Angelim – Estado de Pernambuco  
Setores: Sistema de Controle Interno e Ouvidoria

### 2. Descrição da Necessidade Administrativa

A Câmara Municipal de Angelim necessita da contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria junto ao Sistema de Controle Interno, Setor de Ouvidoria e Portal de Transparência, com atuação contínua e preventiva, visando assegurar o cumprimento das exigências legais, normativas e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

A demanda decorre da crescente complexidade das obrigações legais impostas aos órgãos públicos, especialmente no que se refere à transparência pública, controle dos atos administrativos, gestão das informações, funcionamento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e prevenção de apontamentos e sanções pelos órgãos de controle externo.

### 3. Justificativa da Contratação

A contratação se justifica pela necessidade de apoio técnico especializado, que extrapola a capacidade operacional ordinária do quadro próprio da Câmara Municipal, sobretudo quanto à:

- Atualização permanente do Portal de Transparência conforme checklist do TCE-PE;
- Apoio técnico ao Controle Interno na fiscalização da legalidade dos atos administrativos;
- Organização, acompanhamento e resposta das demandas da Ouvidoria;
- Apoio ao controle de abastecimento de combustíveis e frota;
- Atendimento tempestivo às exigências da Lei de Acesso à Informação.

A ausência dessa contratação poderá resultar em falhas de controle, descumprimento de prazos legais, apontamentos do TCE-PE e prejuízo à transparência e à governança institucional.

### 4. Alinhamento ao Planejamento

A demanda está alinhada às atividades permanentes de manutenção dos serviços administrativos do Poder Legislativo, conforme previsto na dotação orçamentária



# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM

## ESTADO DE PERNAMBUCO

### PODER LEGISLATIVO

específica, sendo essencial à continuidade e regularidade das atividades institucionais da Câmara Municipal.

#### 5. Resultado Esperado

- Regularidade e conformidade das informações divulgadas;
- Redução de riscos de irregularidades e apontamentos;
- Fortalecimento do controle interno e da transparência pública;
- Melhoria na resposta às demandas da sociedade.

#### 6. Indicação da Solução

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados de assessoria e consultoria, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

#### 7. Fundamentação Legal

Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 18, 72 e 75, inciso II, quando aplicável, além da legislação correlata à transparência e controle público.

Fundamentação Legal:

Lei nº 14.133/2021.

**Angelim-PE, 15 de janeiro de 2026**

**DANIEL VIEIRA DA SILVA**  
**Coord. Controle Interno**